

Suruagy é denunciado junto ao STJ

- 5 FEV. 1997
por Mariângela Gallucci
de Brasília

O Ministério Público Federal enviou ontem notícia-crime contra o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) que pede a apuração das supostas irregularidades na emissão e comercialização de títulos destinados ao pagamento de dívidas judiciais, os chamados precatórios.

A denúncia foi apresentada pelo presidente do Sindicato do Fisco de Alagoas (Sindifisco). Nela, são relatados, segundo o denunciante, ocorrência de crimes de peculato, falsificação de documento público, falsidade ideológica e uso de documentos falsos.

A subprocuradora-geral da República que assina o pedido, Delza Curvello Rocha, solicita ao STJ que Suruagy seja ouvido por juiz de Alagoas sobre as acusações e que peça ao governo de Alagoas o original da portaria no qual teria se baseado o pedido para emissão de títulos a fim de que seja realizado exame grafotécnico.

Ao Banco Central (BC), a subprocuradora pede que o STJ solicite a relação das instituições que adquiriram essas Letras do Tesouro Estadual (LTE) emitidas pelo governo alagoano e os respectivos contratos sociais.

Anteontem, foram encerrados os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de Alagoas que apura fraudes na emissão das Letras. O relatório final da CPI recomenda o "impeachment" do governador e do vice, Manoel Gomes de Barros.

A CPI constatou que houve falsificação de documentos enviados ao BC no processo de emissão de R\$ 301,6 milhões em títulos e também à própria CPI dos Títulos. Assessores do governador informaram que ontem à noite ele viajou para Brasília. O motivo da viagem não foi revelado.